

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Larissa Pedroso Moraes

**O FEMININO NA PSICANÁLISE:
considerações sobre a atribuição do cuidado**

Porto Alegre

2019

Larissa Pedroso Moraes

**O FEMININO NA PSICANÁLISE:
considerações sobre a atribuição do cuidado**

Trabalho apresentado como requisito parcial para
a conclusão do Curso de Graduação em Psicologia
pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andrea Gabriela Ferrari

Porto Alegre

2019

Larissa Pedroso Moraes

**O FEMININO NA PSICANÁLISE:
considerações sobre a atribuição do cuidado**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Apresentado em: 04 de dezembro de 2019

Orientadora: Prof^a. Dr^a Andrea Gabriela Ferrari - UFRGS

Comentadora: Ma. Camila Maggi Rech Noguez - CAP-UFRGS

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que fizeram tudo que estava ao seu alcance para que meu caminho até aqui fosse possível;

Ao Will, pela união. Por ser inspiração, por todo apoio durante esse percurso, por ser meu confidente e amigo;

À Gi Andrade, por compartilhar a vida nos melhores momentos e também nos morangos mofados;

À Lu Comerlato, Paulinha e Duda por todo amparo, carinho e compreensão;

À Lu França, Lu Susin, Gi Fernandes, Jana, Viti e Nati, por estarem presentes desde o início e abrirem os braços para acolhida sempre que necessário;

Ao Bast, à Thaís e à Lili, por serem companheiros fiéis;

Ao Hud, que chegou em meio ao caos e decidiu ficar;

À Ju, que carinhosamente se ofereceu para revisar o trabalho;

A tantos outros amigos queridos que foram abraço, riso, choro e afeto ao longo desse processo;

À Andrea, pela orientação, paciência e aposta;

À Camila, que aceitou meu convite para ser leitora e comentadora deste escrito;

Obrigada por me mostrarem diariamente o valor da amizade e do amor, por serem inspiração e força.

"Todos me falavam de passar a ser mulher e sobre o que isso significava de perigo e condenação. Ser mulher, explicavam, era como ter o trabalho todo do que respeita à humanidade. Que os homens eram para tarefas avulsas, umas participações quase nenhuma. Serviam para quase nada. Como se fossem traves de madeira que se usavam momentaneamente para segurar um teto que ameaçasse cair. Se não valessem pela força, nunca valeriam por motivo algum, porque de coração estavam sempre malfeitos. Eram gulosos, pouco definidos, mudavam com facilidade os desejos, não conheciam a lealdade passional, concebiam apenas engenharias e mediam até os amores pelo lado prático da beleza, gostavam sempre de quem lhes parecesse dar mais jeito, como se procurassem empregadas ao invés de esposas, como se precisassem de precaver os seus próprios defeitos mais do que as virtudes livres das mulheres."

A desumanização - Valter Hugo Mãe

RESUMO

Este trabalho surge a partir do meu início de prática clínica e da percepção de como discursos relativos aos papéis de gênero se apresentavam na fala de alguns pacientes. Soma-se a este momento o interesse pelo estudo da psicanálise e como esta pode acabar sendo normativa, principalmente no que diz respeito à sexualidade. Assim, por meio de um recorte de caso clínico, onde a função de cuidado aparecia como um elemento central na vida da paciente, - surgiu-se a discussão da relação entre o feminino e o cuidado, pensando como este se articula às possibilidades de experimentar o “ser mulher”. Desta forma, este texto pretende abordar a concepção do feminino construída por Freud na teoria psicanalítica e os efeitos desta conceitualização na forma como o compreendemos até hoje. Quais os efeitos que esse marcador de gênero pode produzir na constituição psíquica dos sujeitos? Para isso, serão abordadas as condições e possibilidades de representação das mulheres no laço social ao longo do tempo, demarcando a divisão nos espaços público e privado como fundamental para compreensão da temática. Por meio do recorte de caso, serão trazidos elementos relativos à forma como a determinação dos papéis sociais afeta os sujeitos e se buscará elucidar a relação do feminino com a atribuição das funções de cuidado.

Palavras-chave: Feminino. Mulher. Psicanálise. Cuidado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. Recorte de uma experiência possível do ser mulher:	9
2. QUEM FAZ PARTE DA VIDA PÚBLICA?	10
3. FREUD E O ENIGMA DO FEMININO.....	15
3.1. A mulher-mãe: maternidade e cuidado em questão	23
4. FEMININO, CUIDADO E NORMA SEXUAL	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

Durante meu percurso de graduação em psicologia, a psicanálise sempre se mostrou como um campo teórico potente de trabalho, principalmente no que tange a sua proposição ética de uma suspensão de certezas. Nessa perspectiva, o pensamento psicanalítico pretende tensionar as verdades absolutas por meio de questões e levantar interrogações, que se tornam indispensáveis à prática, pois, ao serem apontadas, viabilizam deslocamentos de sentido. No entanto, é comum o uso da psicanálise, assim como dos discursos de saber em geral, para tentar explicar fenômenos sociais e questões da cultura, muitas vezes, procurando estabelecer um sentido unívoco. Com isso, vemos um campo que se propõe como transformador, mas que, na prática, como qualquer outro discurso, pode se impor como norma.

Na tentativa de traçar leituras do contemporâneo e suas produções, mais de uma vez a psicanálise já se embaraçou ao tentar explicar teoricamente questões ditas sociais. O que causa a homossexualidade? O que é a transexualidade? Podem casais homoafetivos adotar crianças? Essas perguntas pressupõem uma resposta única, dotada de verdade, que um discurso de saber é capaz de ofertar. Muitas delas chegam a partir de demandas sociais que procuram uma solução para o que se denomina como um problema por colocarem em questão o que se entende enquanto normal. Assim, vemos que muitas desses questionamentos surgem a partir da temática da sexualidade, que há muito tempo foi estabelecida como tabu na sociedade, provocando reverberações até hoje.

Interrogações surgem a partir de uma maior visibilidade dessas temáticas com a luta constante dos movimentos sociais na busca por seus direitos e reconhecimento, como o movimento LGBT e o próprio movimento feminista. A sexualidade é um assunto que perpassa toda a fundamentação teórica da psicanálise, de modo que muito já foi dito sobre ela, e muitas críticas também foram recebidas das teorias de gênero em razão de discursos normativos sustentados. Assim, hoje vemos um forte movimento dos teóricos da psicanálise para traçar outras leituras da teoria e da clínica que, para tanto, questionam algumas teorizações já propostas, buscando pensar uma desconstrução ou reformulação destas.

Nesse contexto, este trabalho surge a partir de questões despertadas durante o início do estudo da teoria psicanalítica e da percepção de como ela, muitas vezes, afirma uma normatização dos sujeitos, principalmente quando se usa da teoria da sexualidade e sua relação com a constituição psíquica para estabelecer momentos imutáveis e decisivos em seu

desenrolar. Soma-se a essa inquietação meu início de prática clínica, ao notar como certos discursos sociais relativos aos papéis de gênero atravessam a fala de alguns pacientes.

Essa instigação é marcada pela divisão binária entre feminino e masculino, que remetem ao sexo biológico ao serem demarcados como as únicas possibilidades discursivas possíveis - ou se é homem, ou se é mulher, se não no plano do corpo, como em Freud (1923/2011; 1925/2011), ao menos no campo da identificação, como em Lacan (1957-1958/1999). Por meio dessa polarização e necessidade de determinação de qual lado se está, caímos em uma ontologia do gênero, o que acaba por delimitar padrões universalizantes dentro de cada categoria e excluir formas diversas de existência. Com base na construção desses conjuntos, percebemos que o gênero vai sendo construído a partir de uma essência e de uma rigidez entre os papéis que poderão e/ou deverão ser seguidos para que sejam reconhecidos enquanto legítimos. A partir do marcador de gênero, com suas concepções de feminino e masculino preestabelecidas, vão sendo delineados caminhos de normalidade e patologia, o que contribui para a criação de uma essência relativa à Mulher e, assim, abre e fecha caminhos para as possibilidades de representação no laço social (FREUD, 1933/2010; BADINTER, 1985; FERNÁNDEZ, 1993).

Pensando em como a teoria e a clínica psicanalítica estão relacionadas, parto de um recorte de caso atendido durante minha prática de estágio na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS para pensar a temática. Este recorte tem por objetivo ser um disparador para uma discussão de questões de gênero na psicanálise, de modo que não nos deteremos a uma construção minuciosa do caso e sua posterior análise, mas serão trazidos elementos que suscitaram questões e que se fazem pertinentes ao debate.¹

¹ O recorte do caso foi retirado desta versão para preservar a integridade da paciente e o sigilo do tratamento.

1.1. Recorte de uma experiência possível do ser mulher:

No recorte do caso selecionado, chamou atenção o lugar que a função de cuidado tem na vida da paciente. Destacando-se ainda como a pergunta pelo ser mulher se aproxima da relação da paciente com a maternidade e sua sexualidade. Assim, disparam-se questões para este escrito: de que forma o feminino foi sendo construído como o entendemos hoje? Como a atribuição do cuidado se relaciona a ele? Quais os efeitos dessa relação?

Com base na percepção de que as características atribuídas ao feminino e ao masculino, com frequência, remetem a valores, que, por sua vez, dizem de construções sociais situadas no tempo, faz-se necessária uma retomada histórica para pensarmos o papel social da mulher ao longo dos tempos e seus efeitos na produção da subjetividade dos sujeitos. Buscou-se, assim, apresentar um recorte das condições para a participação social feminina e as consequências desta nas definições do que hoje entendemos como feminino. Para iniciar essa discussão, partimos da divisão da vida nos âmbitos público e privado e sua relação com o gênero, pensando as possibilidades de inscrição dos sujeitos no laço social. Para tanto, retomamos o nascimento do sujeito do pensamento da sociedade ocidental, na tentativa de compreender os pressupostos nos quais ele se fundamenta e a relação destas questões com as concepções que definem os gêneros.

2. QUEM FAZ PARTE DA VIDA PÚBLICA?

Fernández (1993) aponta as diferenças na divisão da sociedade entre esferas pública e privada e como estas tradicionalmente conotam atribuições de masculino e feminino respectivamente. A autora estabelece que chamará de âmbito privado o que diz respeito à esfera da vida doméstica e às atribuições do lar e da família, e o público, em contrapartida, refere-se ao espaço do Estado e suas instituições, do político enquanto atuação na Pólis e do mercado. Ela retoma Lévi-Strauss quando o antropólogo define a divisão sexual do trabalho como uma “proibição de tarefas segundo o sexo”, para sinalizar como, ao longo da história, as mulheres foram proibidas de ocupar determinados espaços, impedidas de realizar tarefas de maior prestígio e reconhecimento social. Para isso, ela resgata alguns discursos que propiciaram a inserção da mulher estar circunscrita ao espaço privado, chamando a atenção para como, mesmo com as mudanças sócio-históricas de cada época, as distintas possibilidades de circulação entre homens e mulheres mantêm uma diferença baseada na desigualdade e, conseqüentemente, uma hierarquia entre os gêneros.

A autora pondera que não há uma correspondência linear entre os mitos construídos e as práticas exercidas na atualidade, pois “[...] as significações imaginárias sociais instituídas têm uma perduração maior que as transformações que se operam dentro do período histórico que legitimam” (FERNÁNDEZ, 1993, p. 135, tradução nossa). Ou seja, os mitos tradicionais da feminilidade podem seguir existindo como modelo e referência mesmo que novas práticas sejam possíveis pelas mulheres, seguindo como um modelo de referência possível, desde onde essas práticas são ressignificadas e lidas. Assim, ela considera a possibilidade de coexistência entre modelos tradicionais e novas formas de inserção da mulher no social, apontando que, mesmo que hoje possamos ver as mulheres com maior participação no espaço público, isso não significa que elas tenham conseguido se livrar da carga e herança dos cuidados do espaço doméstico.

Nesse sentido, discute-se como, em cada época, os conceitos de feminino e masculino vão sendo construídos e delimitam os papéis a serem desenvolvidos pelos homens e mulheres, os espaços sociais e as formas de circulação de cada um, tendo o discurso científico e os discursos morais um papel importante ao dar forma a estas figuras e disseminar essas concepções. A autora ressalta a importância de lembrarmos do recorte de classe, pois as mulheres mais pobres sempre precisaram trabalhar e estiveram presentes na esfera pública, apesar de desvalorizadas e sem o devido reconhecimento. Mesmo assim, ela justifica trazer para

a análise a figura da mulher burguesa, pois é esta que vai ser construída enquanto o ideal; ela é quem incorpora “A Mulher” no sentido essencialista dessa figura, e que será vinculada à figura de esposa e mãe. A partir deste recorte de classe, a autora coloca que a família nuclear privada, que institui a modernidade, é sustentada a partir de três mitos: a mulher equivalente à mãe, a passividade erótica feminina e o amor romântico (FERNÁNDEZ, 1993).

Outro ponto importante para leitura e análise dos argumentos desenvolvidos pela autora é pensarmos que se parte do recorte do pensamento ocidental, que tem como seu edifício a filosofia grega. Com base nas noções de público e privado em Aristóteles, Fernández (1993) aponta no pensamento do filósofo um discurso que produz diferença social, legitima a desigualdade e a ideia da inferioridade feminina. Para Aristóteles, uma vida de bem só seria possível a partir da participação ativa na Pólis, sendo esta forma de viver superior a qualquer outra. No entanto, não era qualquer indivíduo que poderia ser ativo na Pólis, pois, atrelada a esta participação social, existia a noção de “cidadão” - pessoa dotada de direitos e definida como um homem livre que participa da administração da justiça e da manutenção d’O Estado, o que configurava o espaço público. Já a mulher teria seu lugar social demarcado no âmbito privado; por sua vez, apolítico (ARISTÓTELES, 1985 *apud* FERNÁNDEZ, 1993).

Aristóteles também propõe em seu esquema hilemórfico que “A forma é o princípio de atividade, de inteligibilidade, e a matéria é o de passividade, de alogicidade” (FERNÁNDEZ, 1993, p.138, tradução nossa), sendo estes princípios atribuídos respectivamente ao masculino e ao feminino. Assim, haveria pessoas “naturalmente governantes” e outras “naturalmente governadas”. O filósofo também propicia uma leitura hierárquica da diferença de gêneros ao afirmar que o posicionamento político de cada sujeito na Pólis define a forma como este deve ser tratado, ou seja, as mulheres, enquanto seres inferiores, deveriam receber um tratamento condizente a seu lugar na Pólis.

Para Badinter (1985, p. 32), o princípio que sustenta toda a filosofia de Aristóteles seria o da autoridade masculina, que “[...] é legítima porque repousa na desigualdade natural que existe entre os seres humanos”. O filósofo se utiliza da metafísica para desenvolver essa diferença, onde a mulher encarnaria o princípio negativo, a matéria. Desvalorizada, a mulher é tida como um ser com limitada capacidade de deliberação, logo sua opinião é nula e não deve ser digna de consideração. Ao mesmo tempo que o esquema metafísico sustenta a superioridade do homem ao determinar sua essência, vemos que ela mesma é a única coisa que justifica essa soberania, sendo um argumento puramente ontológico.

Nesse contexto, Fernández (1993) aponta a forma como a racionalidade ocidental foi inaugurada, aquilo que denominamos como razão, estabelecendo a forma como o mundo deveria ser ordenado, criando as condições de possibilidade desde onde se pensa, como os saberes deveriam ser classificados e de qual perspectiva a realidade deveria ser olhada e caracterizada. A base da razão ocidental fundamenta em sua inauguração uma legitimação da desigualdade ao estabelecer “[...] uma sociedade onde a política, o diálogo filosófico, a produção e o amor se desenvolvem entre homens.” (FERNÁNDEZ, 1993, p. 141, tradução nossa). Essa legitimação também ocorre a partir do argumento das necessidades sociais, partindo da função reprodutiva feminina e da concepção de maternidade para reafirmar o papel da mulher na perpetuação da espécie e fixá-la nesse lugar de gestora da família e do lar. Pautada na biologia, essa diferença, ao mesmo tempo que se propõe como o “natural”, consolida-se como eterna por não possibilitar deslocamentos.

Com a passagem da sociedade feudal para a modernidade, além do surgimento do Estado moderno, muitas mudanças foram produzidas, havendo um rearranjo das instituições da sociedade - algumas foram reorganizadas, e novos espaços foram criados para gerir e controlar as pessoas (FERNÁNDEZ, 1993). “[...] O conjunto dessas mudanças redefiniu o espaço público e o espaço privado, e que começa ali um processo de produção de novas formas de subjetividade”. (FERNÁNDEZ, 1993, p. 142, tradução nossa)

O contrato passa a ser o pilar dessa nova forma de organização social, mas nem todos os sujeitos estão incluídos nesse sistema. Diferentes formas institucionais são estabelecidas para aqueles que escapam desse modelo, diferentes formas de assistência e tutela; “[...] ou bem o indivíduo é um sujeito autônomo de intercâmbios racionais, ou bem sua incapacidade de entrar em um sistema de reciprocidade o faz irresponsável e deve ser assistido” (FERNÁNDEZ, 1993, p. 143, tradução nossa). Nesse sentido, é importante refletirmos que concepções foram criadas até esse momento sobre o que definiria um sujeito enquanto autônomo e quais noções já estavam estabelecidas. Assim, serão criados dispositivos visando ao controle desses indivíduos: assistência para as “massas vagabundas”, visando à vigilância e à disciplina; tutela para as mulheres e as crianças, que, por não serem sujeitos de contrato, têm sua possibilidade de circulação restringida ao mundo privado. As crianças e mulheres também estariam incluídas nas formas de sociabilidade de sua classe social, sendo as mulheres operárias, nesse contexto, sujeitos de contrato inferiorizados.

A redefinição geral que a modernidade institui para o público e o privado se significa neste ponto de maneira particular enquanto agora não só haverá funções discriminadas

segundo os espaços, mas também que ambos espaços serão regidos por códigos próprios e serão diferente as formas de circulação dos saberes em um e outro âmbito: um âmbito público racional, de saberes racionalizados, exercidos por especialistas, e um âmbito privado sentimentalizado, de saberes empíricos, exercidos por mulheres. (FERNÁNDEZ, 1993, p. 146, tradução nossa)

Com essas transformações da modernidade, a autora defende que há uma racionalização das práticas como consequência da ampliação do saber racional, protagonizado pelo saber dos especialistas, que, por ter grande reconhecimento social, passa a substituir o saber empírico. Enquanto o mundo público tem a racionalidade como pilar, ao doméstico cabe o fruto da experiência. “É um saber incorporado, interiorizado no corpo” (FERNÁNDEZ, 1993, p. 147, tradução nossa), um saber que encontra soluções práticas quando se defronta com um problema sem chegar a uma racionalização do que foi realizado. Com o avanço do capitalismo na sociedade moderna e a expansão do saber dos especialistas, poucos lugares seguem regidos por esse tipo de saber, sendo o lar um destes, um mundo sem remuneração, onde tudo se faz por amor. Com lógicas tão distintas de organização, o público e o privado imprimem marcas distintas nas subjetividades dos indivíduos.

Nesse contexto, a autora também pontua sobre as condições de acesso à escola e às universidades e o predomínio dos homens nesses espaços, que garantiu a apreensão destes do capital cultural. Como dominantes nestes espaços, eles monopolizam a seu favor os recursos de controle simbólico, empregando-os nos aparelhos e circuitos hegemônicos (FERNÁNDEZ, 1993). Ela defende também o argumento de que “[...] o nascimento do público moderno pressupôs, em seu momento, um privilégio econômico associado a um sexual - ambos necessários para a aparição do ócio.” (FERNÁNDEZ, 1993, p. 149-150, tradução nossa), pois o acesso às instituições de ensino também é marcado pelas condições econômicas dos sujeitos. Nessa perspectiva, pensa-se no âmbito do doméstico conduzido pelas mulheres como condição para que os homens pudessem se dedicar única e exclusivamente à vida pública.

O privado moderno se constitui “[...] como essa esfera de intimidade não-pública e como o reduto de uma comunidade sustentada cotidianamente pelas mulheres. O privado se subordina ao funcionamento do público e se distingue pela adoção de uma racionalidade própria.” (FERNÁNDEZ, 1993, p. 151, tradução nossa). O privado seria, então, o lugar desde onde se produzem as condições desiguais de circulação social e acesso à qualificação escolar e trabalhista, a determinada forma de viver o erotismo, sendo sustentado através da família e do matrimônio. Para formar bons indivíduos para a sociedade “[...] necessita-se que sejam sustentados em sua infância por mães, em sua adultez por esposas que, por menos

individualizadas, possam com amor postergar-se para que eles triunfem” (FERNÁNDEZ, 1993, p. 158, tradução nossa)

Até hoje, vemos os homens como representantes da maior parte das figuras públicas, o que reforça o mito presente no senso comum de que são próprios do masculino os valores da inteligência, do poder e contribui para a construção social da imagem dominante do homem moderno, “o princípio dominante do masculino” (FERNÁNDEZ, 1993). Assim, percebemos que circunscrever o espaço público como habitat natural do masculino reforça o domínio sobre diversos aspectos desse âmbito da vida social, como a linguagem, o poder e a economia. No mundo público, encontramos a exterioridade como uma de suas características, o poder e a organização do Estado, a inteligência e a produção de conhecimento. Do outro lado, temos o mundo privado como âmbito da interioridade, “Sua base é o núcleo familiar, organizado em torno da comunidade de afetos, a educação dos filhos e a gestão doméstica dos sentimentos.” (FERNÁNDEZ, 1993, p. 151, tradução nossa)

A partir do exposto, vemos como o público foi, ao longo das épocas, sendo construído como o lugar social de maior importância e reconhecimento e que sempre contou com restrições de quem poderia atuar em seus espaços. Assim, percebe-se um mecanismo sutil que, ao restringir o acesso de determinados indivíduos, produz e sustenta uma lógica de segregação dos espaços, utilizando-se de seu próprio produto, a desigualdade, para legitimar e justificar essa condição percebida. Nesse contexto, aproveitamos essa discussão para retomar as construções que Freud faz a respeito do feminino e analisar o quanto os argumentos sustentados pelo autor coincidem com a lógica do sujeito ocidental masculino como universal e do feminino inscrito no âmbito privado.

3. FREUD E O ENIGMA DO FEMININO

Antes de tudo, é importante situarmos de que se trata o conceito de feminino. O dicionário Michaelis define o feminino como o que é “próprio de mulher ou de fêmea” (2008, p. 390). Assim, ao buscarmos uma definição mais precisa sobre o que constitui o feminino, dificilmente escapamos de uma concepção essencialista do ser mulher, ou ainda, biologicista quando se traça uma relação direta deste predicado com os seres que portam um sistema reprodutor específico. Para além desse significado, com frequência, encontramos o feminino associado de modo qualitativo a noções de passividade, delicadeza, fragilidade, docilidade, entre outros atributos. Mas como essas relações são estabelecidas? Ou ainda, de que forma esse constructo vem sendo construído?

Fernández (1993) discute acerca da construção do pensamento nas Ciências Humanas. Retomando Foucault, a autora atenta para a importância dos *a priori* históricos constitutivos dos conceitos que atravessam o discurso das teorizações sobre a diferença de gênero. Ela toma como exemplo a figura do Homem no lugar de suporte do universal e a lógica do pensamento ocidental de uma tensão entre pares antitéticos (Indivíduo-Sociedade, Natureza-Cultura, Identidade-Diferença) para tecer uma problematização do que se produz a partir desse pensamento binário. A autora aponta sobre como este ser que serve de modelo para o universal fundamenta um saber sobre o humano em categorias que se baseiam na identidade e não na diferença, causando um ordenamento que consiste na exclusão, segregação e hierarquização do que é diferente.

Esse Homem a autora considera que não tem outra medida além dele mesmo, o que acaba enfraquecendo o jogo dialético Identidade-Diferença, cristalizando somente em *um*. “*O mesmo* será sempre eixo de medida, positividade. *O outro* será sempre margem, negatividade, duplo, sombra, reverso, complemento. *O mesmo*, ao não poder pensar-se nunca como *o outro*, se transformou no *único*”. (FERNÁNDEZ, 1993, p. 35, tradução nossa). Essa Episteme do Mesmo pensa a diferença dos gêneros a partir de uma lógica atributiva, binária e hierárquica, fazendo uso de um suporte narrativo essencialista, biologicista e naturalista.

No histórico das ciências humanas, o conceito de humanidade se construiu a partir do universal masculino, e, ao seu semelhante, restou a dimensão da diferença, afirmada como inferior. Tomando o masculino enquanto genérico, “[...] o diferente não se vê, é denegado, é visto como complemento do *mesmo* ou equivalente menor, mas não em sua especificidade” (FERNÁNDEZ, 1993, p. 37, tradução nossa). Assim, ao feminino sobraria uma construção a

partir da diferença, do que ele não é, do que ele não tem, o que contribui para o fortalecimento da dicotomia feminino/masculino, onde estes polos são vistos a partir de uma relação de oposição e/ou complementaridade. Ao diferenciarmos de forma binária o que seria próprio de cada gênero, feminino e masculino, além de limitarmos as possibilidades de expressão do gênero, acabamos por construir uma ideia de essência do que seria “assumir” uma identidade ou outra. E, frequentemente, encontramos argumentos que se baseiam na biologia para legitimar os discursos que defendem, como quem é dotado de mais força ou quem pode gestar. Admitindo a existência de uma essência do gênero, estaríamos assim traçando rotas e destinos a serem seguidos para os sujeitos inscritos dentro deste paradigma binário.

Durante o desenvolvimento de sua teoria, Freud (1905/2016), em diversos momentos, aponta a importância da sexualidade no desenvolvimento psíquico dos sujeitos, escrevendo inclusive sobre seus primórdios desde o nascimento do bebê. A partir do desenvolvimento da teoria da psicanálise e seus estudos sobre a histeria, ele inicia uma clínica inovadora tirando a etiologia da “doença” do campo do estritamente orgânico e inaugurando a importância da fala no tratamento das neuroses, dando voz às “doentes” que constituíam o objeto de estudo do médico. Contudo, não podemos deixar de apontar para algumas questões datadas de seu contexto histórico que, por vezes, podem ser tomados como caminhos “normais” do desenvolvimento, por assim terem sido descritos.

Dentro da problemática da sexualidade, o feminino é um tema no qual Freud (1933/2010) também se debruçou, muitas vezes, atribuindo um caráter de enigma a ele por muitos fatores sobre as mulheres não serem compreendidos ou não terem sido devidamente explorados. Suas construções acerca da temática não se restringem ao momento em que ele, de fato, propõe-se a teorizar mais sobre a feminilidade e destrinchar esse campo “misterioso”, mas tangenciam todo o desenvolvimento da teoria da sexualidade. Em diversos momentos, Freud (1924/2011; 1925/ 2011) afirma que sua construção teórica dizia respeito ao desenvolvimento do menino, faltando a compreensão necessária sobre os processos correspondentes na menina, sendo esta “insatisfatória, plena de lacunas e pontos obscuros” (FREUD, 1924/2011, p. 213).

Freud (1905/2016) propõe que a primeira teoria sexual infantil é a suposição de que só existe um genital em todas as pessoas, sendo este universal o genital masculino, e que esta suposição inicial da criança acarreta consequências para o psiquismo. A partir disso, desenvolve o conceito sobre o complexo de castração, pois as crianças, ao perceberem que a mulher não possui um pênis, inferem que este só pode ter sido perdido com a castração. O falo é tomado pelo autor como algo central em sua teoria, sendo colocado em um lugar de admiração. Freud

ainda utiliza da ideia da castração para justificar o motivo de os homens terem um sentimento de desvalia em relação às mulheres, pois “a convicção, finalmente adquirida, de que a mulher não possui um pênis deixa no indivíduo masculino, com frequência, um duradouro menosprezo pelo outro sexo.” (FREUD, 1905/2016, p. 104).

O autor propõe que na vida sexual normal do adulto, “a obtenção de prazer ficou a serviço da função reprodutiva e os instintos parciais, sob o primado de uma única zona erógena” (FREUD, 1905/2016, p. 107), no homem o pênis e na mulher a vagina, o que formaria uma organização sólida para o sujeito alcançar a meta sexual em um objeto sexual externo, pautada na primazia do genital. Como nesse período pueril do desenvolvimento da sexualidade somente o falo estaria em questão, denominado como organização fálica (FREUD, 1905/2016), o autor coloca que se trataria de uma primazia do falo (FREUD, 1923/2011), o que acarreta consequências teóricas importantes a respeito do feminino. Nesse estágio da organização genital infantil, há o masculino, mas não há o feminino, sendo a oposição falo ou castrado (FREUD, 1923/2011).

Freud toma a diferença anatômica como algo determinante para o psiquismo e posterior amadurecimento do sujeito e, a partir disso, apresenta conceitos que serão primordiais para o que ele estabelece como desenvolvimento psíquico normal da menina e do menino. Essa diferença anatômica, além de dar origem ao conceito do complexo de castração e da primazia do falo, também lança a ideia da inveja do pênis, conceitos aos quais Freud relaciona o período do Complexo de Édipo.

Assim, Freud (1924/2011), ao desenvolver sua teoria acerca do Complexo de Édipo, traz uma construção sobre o desenvolvimento sexual do menino, pautado na anatomia e biologia durante a maior parte de seu raciocínio. Tomando o núcleo familiar como cena dessa etapa do desenvolvimento sexual infantil, ele aborda as relações de afeto estabelecidas entre filho, mãe e pai e afirma que o complexo de Édipo é um fenômeno central no desenvolvimento do menino. A mãe é o primeiro objeto de amor, a qual o menino disputa fervorosamente com o pai, seu rival. A percepção do menino da diferença anatômica com alguma menina de seus pares o faria ter medo de perder seu genital tão caro, sendo o genital da menina tomado rapidamente como inferior.

A observação que finalmente desfaz a incredulidade do garoto é a do genital feminino. Em algum momento, o menino orgulhoso de possuir um pênis vê a região genital de uma menina e tem de se convencer da falta do pênis, num ser tão semelhante a ele. Com isso também a perda do próprio pênis se torna concebível, a ameaça de castração tem efeito a posteriori. (FREUD, 1924/2011, p. 207)

O complexo de castração, seria o responsável por resolver o Édipo do menino, que, por medo de perder seu genital, abdica da mãe e toma a identificação com o pai. Essa ameaça de castração seria ainda responsável por dar origem a outro conceito caro à psicanálise, o Super-Eu. Na dissolução do complexo de Édipo, teríamos como fruto essa instância psíquica responsável pela regulação cultural e moral das pulsões.

A observação analítica permite reconhecer ou adivinhar esses nexos entre organização fálica, complexo de Édipo, ameaça de castração, formação do Super-eu e período de latência. Eles justificam a afirmação de que o complexo de Édipo sucumbe à ameaça de castração. (FREUD, 1924/2011, p. 210)

Após essa construção acerca do menino, Freud toma o estudo dessa etapa na menina como **um negativo** e traça um desenvolvimento próprio para ela em cima do que já havia construído para o masculino. O autor assume que na criança do sexo feminino as coisas deveriam passar de modo semelhante, mas com algumas diferenças, sendo o ponto destas diferenças algo de difícil elucidação (FREUD, 1925/2011). O autor chega a afirmar que o material existente se tornava mais obscuro e insuficiente (FREUD, 1924/2011).

Uma das primeiras inquietações que se impõem a Freud diz respeito a como a mãe, primeiro objeto de amor tanto do menino como da menina, passaria a ser colocada como rival no Complexo de Édipo, colocando este com uma dificuldade a mais que a menina precisaria superar. Para o estudo da fase fálica da menina, Freud se debruça sobre os processos que ocorrem no período pré-edípico da criança.

Freud parafraseia Napoleão e afirma que “anatomia é destino” (1924/2011, p. 211) reiterando que a diferença morfológica não poderia deixar de inscrever marcas no psiquismo. A menina compararia seu clitóris, que se comportaria como um pênis, o qual Freud define como masculino, com o pênis de algum de seus pares meninos e notaria que “saiu perdendo” (FREUD, 1924/2011, p. 211), tomando isso como uma desvantagem e alimentando um sentimento de inferioridade. Esse julgamento da menina seria algo instantâneo, “ela viu, sabe que não tem e quer ter”. (FREUD, 1925/2011, p. 291). O mesmo menosprezo sentido pelo homem seria também existente na mulher, por ter seu sexo reduzido a um ponto específico.

A menina primeiramente acreditaria que as mulheres adultas também possuem um pênis, tomando sua castração como uma desgraça individual. A descoberta de que a mãe também não possui um pênis seria o ponto chave para a troca de objeto de amor, pois à mãe atribuiria a culpa de não ter o falo e não ter sido capaz de dar-lhe um. Seu amor era dirigido à mãe fálica. Assim, a menina se afastaria da mãe e passaria a ter o pai como objeto de amor,

pois, como ele possui o falo, poderia dar a ela. Freud então coloca que a menina passaria por uma equação simbólica, em uma tentativa de compensação por não ter o falo, do pênis ao bebê, havendo em seu Complexo de Édipo o desejo de ter um filho com o pai (FREUD, 1924/2011). O pai seria agora o objeto amoroso da menina e a mãe se torna objeto de ciúme, o que para Freud significa que a menina teria se tornado uma “pequena mulher” (FREUD, 1925/2011, p. 295).

Deste modo, diferente do menino, onde o complexo de castração o leva a resolver seu Édipo e entrar no período de latência, na menina o complexo de Édipo é uma formação secundária, sendo o complexo de castração o que o antecede e possibilita sua entrada. A menina, então, poderia demorar para sair do Édipo, vivendo esse período por um tempo indeterminado ou, ainda, nunca o resolvendo completamente. Isso também acarretaria sérias consequências para seu psiquismo, pois é a saída do Édipo que permite a criação do Super-eu.

Hesitamos em expressar isto, mas não podemos nos esquivar da noção de que o nível do que é eticamente normal vem a ser outro para a mulher. O Super-Eu jamais se torna tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens afetivas como se requer que seja no homem. Traços de caráter que sempre foram criticados na mulher — que ela mostra menos senso de justiça que o homem, menor inclinação a submeter-se às grandes exigências da vida, que é mais frequentemente guiada por sentimentos afetuosos e hostis ao tomar decisões — encontrariam fundamento suficiente na distinta formação do Super-eu que acabamos de inferir. (FREUD, 1925/2011, p. 298)

Outro ponto de diferença entre os sexos seria que a menina possui duas zonas genitais, clitóris e vagina. “A vida sexual da mulher se divide normalmente em duas fases, das quais a primeira tem caráter masculino; apenas a segunda é especificamente feminina”. (FREUD, 1931/2010, p. 376). O clitóris é predominante nos primeiros anos de vida. Como o autor assume que, na maturidade sexual, os sujeitos vivem a primazia do genital em favor da reprodução, a menina precisaria abandonar essa que é sua primeira zona genital pela vagina. Logo, Freud aponta que a menina, em seu desenvolvimento, possuiria essas duas tarefas a mais, a troca de objeto amoroso e da zona genital (FREUD, 1931/2010). A comparação com o menino faz com que a menina renuncie à satisfação masturbatória do clitóris e que repudie o amor pela mãe (FREUD, 1933/2010). Os efeitos dessas tarefas a mais da menina, decorrentes do complexo de castração, levariam a três caminhos possíveis, segundo o autor: “uma conduz à inibição sexual ou à neurose, outra, à modificação do caráter no sentido de um complexo de masculinidade, a terceira, finalmente, à feminilidade normal” (FREUD, 1933/2010, p. 282).

O primeiro caminho seria decorrente de a menina ficar assustada e insatisfeita a partir da comparação do clitóris com o pênis e renunciar à atividade fálica e, com isso, à sexualidade mesma. O segundo caminho seria fruto de a menina se apegar à masculinidade ameaçada na esperança de voltar a ter um pênis, gerando um “complexo de masculinidade”, que poderia resultar em uma escolha homossexual de objeto. Apenas o terceiro caminho, bastante sinuoso segundo o autor, daria origem a “configuração feminina normal” (FREUD, 1931/2010, p. 379), a que toma o pai por objeto e permite a entrada da menina no Complexo de Édipo. A resolução incompleta do Édipo feminino é algo que para o autor “marca indelevelmente o caráter da mulher como ser social” (FREUD, 1931/2010, p. 379), considerando que a formação do seu Super-eu sofreria “um prejuízo; não consegue atingir a intensidade e a independência, as quais lhe conferem sua importância cultural, e as feministas não gostam quando lhes assinalamos os efeitos desse fator sobre o caráter feminino em geral.” (FREUD, 1933/2010, p. 284)

Freud (1906/2016) atribui à sexualidade um caráter polar - masculino e feminino. O masculino seria o que “reúne o sujeito, a atividade e a posse do pênis, o feminino assume o objeto e a passividade. A vagina é então estimada como abrigo do pênis, torna-se herdeira do ventre materno.” (FREUD, 1923/2011, p. 175). Contudo, vemos como o autor, por mais que defenda a importância da anatomia na vida dos sujeitos, por vezes coloca em questão quais seriam os determinantes para estes construtos, abrindo algumas arestas para pensarmos os componentes sociais dessas construções. Em nota acrescentada em 1915 aos Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, Freud (1905/2016) afirma ser indispensável compreender claramente os conceitos “masculino” e “feminino”, colocando que, por mais que parecesse óbvio para o senso comum, era um dos assuntos mais confusos na ciência. O autor apresenta três orientações possíveis de compreensão desses polos. A primeira delas se trata da associação do masculino à atividade e do feminino à passividade, a segunda seria um sentido biológico e a terceira um sentido sociológico, trazendo esse primeiro sentido como o mais proveitoso para a psicanálise. Ao segundo significado, ele associa o comportamento das células reprodutivas – o espermatozoide ativamente se dirige ao encontro do óvulo - e como a atividade, tomada como masculina, pode ter manifestações colaterais, como um maior desenvolvimento muscular, maior libido e agressividade. O terceiro apontaria para uma observação dos seres femininos e masculinos em sua existência efetiva, o que mostraria que esses atributos não existem em estado puro.

Para Freud (1905/2016, p. 110),

[...] cada pessoa apresenta, isto sim, uma mescla da característica biológica do seu sexo com traços biológicos do outro sexo, e uma combinação de atividade e passividade, tanto na medida em que esses traços de caráter psíquicos dependam dos biológicos como em que sejam independentes,

propondo o caráter bissexual do psiquismo. O autor aponta ainda que “aquilo que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge do alcance da anatomia” (FREUD, 1933/2010, p. 266).

Freud (1933/2010) faz uma ressalva à associação direta entre atividade e masculino e passividade e feminino, colocando que ter como característica psicológica da feminilidade dar preferência a fins passivos não significava passividade, afinal também se exigiria uma grande quantidade de atividade para tal. Ele atenta para que não se subestime a influência dos costumes sociais que compelem as mulheres a um apassivamento. Ainda assim, não deixa de afirmar, em outros momentos, que a menina no geral é “menos agressiva, desafiadora e autossuficiente; ela parece ter mais necessidade de obter carinho e, por esse motivo, de ser mais dependente e dócil”. (FREUD, 1933/2010, p. 270).

Fernández (1993/2010) traz que a lógica binária que coloca em oposição o feminino e o masculino acaba levando a um esvaziamento da dimensão da diferença e inscreve uma hierarquia de gênero. Assim, vemos como nesse comparativo masculino-feminino, seja por uma justificativa biológica ou social, a mulher é constantemente colocada como inferior ou menos capaz. Nesse sentido, pensamos que há algo na construção teórica de Freud que parece apontar para uma naturalização de fenômenos produzidos pelos papéis sociais de gênero, por exemplo, a relação das mulheres com a maternidade ou o ciúme, o qual ele atribui ser mais intenso em mulheres. Ao tentar buscar suas causas sem contextualizá-las como possíveis produções do contexto sócio-histórico onde estava inserido, o psicanalista acaba por contribuir com uma universalização dos sujeitos a partir de um discurso teórico. Seria diferente levar em consideração que, em sua época, as mulheres tinham menos condições de participação e inserção social, ou mesmo que, quando estavam inseridas em sociedades, tinham menos visibilidade, do que afirmar que as mulheres são “mais débeis em seus interesses sociais e possuidoras de menor capacidade de sublimar os instintos, do que os homens.” (FREUD, 1933/2010, p. 292).

Freud (1923/2011, p. 169), comentando sobre as dificuldades da pesquisa em psicanálise, adverte como é possível, “mesmo em décadas de observação contínua, não enxergar traços gerais e relações características, até que eles nos vêm de encontro de maneira inconfundível”. Isso nos permite pensar que a percepção de algumas questões diz respeito às

condições de cada tempo e às produções teóricas que questionam e tensionam essas construções. Também se soma o fato de que as mudanças históricas que permitiram um maior acesso das mulheres à produção de conhecimento possibilitaram que algumas ideias preconceituosas não fossem mais tão facilmente aceitas. Em outros momentos, o autor também coloca a dificuldade de diferenciar até que ponto a causa para alguns fenômenos seria biológica ou pela conjuntura social somada à educação dada às mulheres, colocando a ressalva de que ainda não é possível distinguir entre o que é estabelecido por leis biológicas e o que é mutável pelas vivências contingenciais (FREUD, 1931/2010)

Ao mesmo tempo, Freud coloca em questão a possibilidade de suas proposições não serem universais, possibilitando aos psicanalistas desenvolverem novas contribuições a partir de sua própria prática e o que nela observaram. Ele levanta que a sequência temporal e o encadeamento dos processos poderiam produzir alterações significativas (FREUD, 1924/2011). Já em 1925, fala que as descobertas expostas por ele sobre as consequências da diferença anatômica precisariam ser percebidas em mais casos para se confirmarem, “de outro modo, apenas contribuiriam para um conhecimento dos múltiplos caminhos que há no desenvolvimento da vida sexual” (FREUD, 1925/2011, p. 299).

Em seu ensaio “*Sobre a sexualidade feminina*”, Freud (1931/2010) coloca que há muito tempo a psicanálise já haveria abdicado de um perfeito paralelismo entre o desenvolvimento sexual masculino e feminino. No entanto, insiste no falo como um determinante de todos os processos que se seguem na constituição do psiquismo, sendo que a origem desse elemento como central não é devidamente fundamentada na teoria. Na conferência sobre a “*Feminilidade*”, o próprio autor comenta “se os senhores rejeitarem essa ideia como fantasiosa e considerarem que fixei a minha crença na influência da falta de pênis na configuração da feminilidade, estarei, naturalmente, sem apoio” (FREUD, 1933/2010, p. 290).

Em sua conclusão, ele reitera que, mesmo com todas as ideias que expôs, certamente o conteúdo estava incompleto e fragmentário. Ressalta que apenas descreveu a mulher a partir da perspectiva de que sua natureza seria determinada pela função sexual, a qual reitera que tem uma ampla influência. Contudo, não descarta “o fato de que uma mulher possa ser uma criatura humana também em outros aspectos” (FREUD, 1933/2010, p. 293), além dos determinantes biológicos. E convoca a quem desejar saber mais sobre a feminilidade, que questione sua própria experiência, procure na poesia ou aguarde até que a ciência possa fornecer informações mais concisas.

Fernández (1993) tensiona esse caráter misterioso acerca do feminino na produção em psicanálise, questionando o que seria esse tal enigma feminino, e afirma que é “aquilo que insiste, esse resto que não pode ser apanhado na essência, aquilo que resiste à denegação histórica, aquilo que pulsa em cada mulher particular, aquilo que em suas transações com a hegemonia e seus atores grita seu mal-estar como pode e nos torna serem incompreensíveis.” (FERNÁNDEZ, 1993, p.44, tradução nossa)

Nesse contexto, convidamos a pensar como essa conceitualização do feminino sustentado por tanto tempo na psicanálise afeta e produz sofrimento nas mulheres até hoje. O caminho da “feminilidade normal”, delimitado de forma rígida e que não poderia ser ultrapassado sem percalços, restringe as possibilidades do ser mulher, patologizando aquilo que escapa à norma sexual. Com a insistência na função sexual como chave de leitura de toda constituição psíquica, acaba-se por aniquilar a dimensão simbólica do sujeito constituído e significado a partir da linguagem. Também favorece a leitura de que a única saída normal da feminilidade diz respeito à maternidade, o que relança a mulher para o espaço privado e para as funções de cuidado.

Ao não dar a devida importância aos fenômenos sociais e seus efeitos, que marcam expectativas e ideais no sujeito, Freud legitima o discurso biológico como norma, sendo que qualquer possibilidade de representação que escape passa a ser vista como patológica. Assim, vemos que sua construção do feminino não só coloca as mulheres em um lugar inferior, com menos condições de produção intelectual e atuação na vida pública pela fragilidade de seu Super-Eu, mas também afirma a maternidade como a única forma saudável de “tornar-se mulher”. No entanto, esse discurso a respeito da maternidade e do cuidado não foi inventado por Freud; apesar de o autor entrar em consonância com ele, os enunciados que colocam a maternidade como missão das mulheres são muito antigos na cultura ocidental. Vejamos como essa perspectiva foi se construindo.

3.1. A mulher-mãe: maternidade e cuidado em questão

Iaconelli (2012, grifo nosso), em sua tese *Mal-estar na Maternidade: do infanticídio à função materna*, traz considerações e tensionamentos sobre a naturalização da maternidade. Tomada como algo inerente à mulher, a maternidade costuma ser vista como um contínuo da reprodução, sendo que a ideia de **poder** gerar um bebê fica atrelada à de **desejá-lo** e, quem escapa a esta lógica, é tomada por um viés psicopatológico. A psicanalista retoma alguns

autores da psicanálise para pensar como a produção teórica do campo contribuiu e pode seguir contribuindo para a construção dessa norma.

Em Freud (1933/2010), vimos que o autor constrói como a saída normal da feminilidade o tornar-se mulher, equiparado ao tornar-se mãe, não havendo outra possibilidade saudável de existência para esta que busca suprir a falta do falo. Já Winnicott (1994), ao desenvolver o conceito de preocupação materna primária, justifica que a mãe seria capaz de entender o que o bebê demanda dela por ela própria já ter sido um, o que Iaconelli aponta que seria um argumento válido para todos os humanos, seja ele homem ou mulher. A autora assinala as questões identificatórias que atravessam as narrativas produzidas pelos ideais sociais a respeito das mulheres e as expectativas existentes em relação a elas, que são colocadas nesse lugar de quem está mais apto a cuidar de bebês.

Por meio de um caso, Iaconelli aborda o surgimento da maternidade e afirma que a experiência biológica não é necessária nem suficiente para discussão do surgimento do papel maternal e da função materna. Através de uma retomada histórica da maternidade e do papel da mulher na sociedade ocidental ao longo das eras, a autora busca desconstruir uma visão mais biologicista dessa função, trazendo argumentos sobre como a maternidade se refere a um processo de elaboração e não está dada a priori. Se partimos da afirmação de que a mulher nasce biologicamente preparada para a maternagem, vemos como o cuidado, em seu sentido mais amplo, também passa a ser visto como algo do campo feminino, principalmente se pensarmos que ele também se insere no âmbito do privado. Nesse contexto, a autora salienta que “[...] se por vezes se encontram confundidos os papéis de mãe e mulher, tal confusão se dá a partir de questões ideológicas e não de uma pretensa natureza feminina” (IACONELLI, 2012, p. 28).

A autora também traça considerações a respeito da diferença sexual, que pode ser expressa através de diferenças de costumes, sinalizando que as diferentes culturas e sociedades criam distintas formas de responder, diferentes paradigmas, não sendo possível definir um universal mesmo que se observe a influência dos papéis de gênero predeterminados. Assim, poderíamos novamente voltar a questionar a questão anatômica e universalizante que Freud propõe acerca da constituição do psiquismo na criança e seus efeitos na vida adulta, principalmente no que tange às condições sociais de cada tempo.

O início da retomada histórica das maternidades se dá pelas sociedades estáveis, onde o status da mulher era definido por seu papel reprodutivo, sendo a fertilidade essencial para a valorização da mulher nesse contexto. Ser mulher seria igual a procriar, estando o feminino diretamente ligado à noção de fecundidade. Devido às questões de sobrevivência do grupo, o

corpo da mulher passa a ser controlado por ser de mais fácil acesso/observação (ser fértil ou não), assim Iaconelli ressalta que

[...] quando e com quem conceber são situações cuidadosamente normatizadas e administradas. A virgindade, a abstinência, os contratos maritais, o aborto e o infanticídio sempre foram práticas rigidamente observadas em todas as épocas e em todos os grupos sociais, sendo o poder sobre o corpo da mulher a forma fundamental de se fazer tal controle. (IACONELLI, 2012, p. 31).

Na antiguidade, novas questões vão sendo colocadas, e uma relação entre procriação, abstinência sexual e lugar social vai sendo estabelecida. Em função da alta mortalidade de mulheres no parto, a partir do momento em que a mulher atinge o número mínimo de filhos herdeiros do marido para poder ser incluída na herança, a abstinência sexual passa a ser utilizada como uma medida de proteção. Com a esposa, estando com acesso sexual restrito, para que o homem obtenha satisfação sexual, surge a figura da concubina. A impossibilidade de controlar a procriação de uma forma eficaz e seu caráter imperativo produzem uma série de consequências como coito interrompido, aborto, abandono de filhos, infanticídio e venda de crianças. Com a valorização da linhagem e a dificuldade de estabelecer a paternidade, também é presente nessa era o controle da virgindade feminina, devendo a mulher casar cedo e ter as gestações observadas para que não aborte, o que seria uma atitude suspeita. Assim, Iaconelli (2012) coloca que as mulheres estariam destinadas ao casamento e à maternidade, sendo os contratos firmados entre pai e marido.

Na Idade Média, a autora aponta a influência do discurso religioso de maneira onipresente. De um lado, as mulheres vão sendo descritas pelos clérigos como perigosas e relacionadas ao mal e ao pecado, do outro temos a figura da Virgem Maria, a bendita entre as mulheres. A autora atenta como nessa figura bíblica podemos perceber tanto a exaltação da virgindade, já que Maria teve sua gestação sem perder a castidade, quanto a valorização desta em seu papel maternal, que, segundo a autora, acaba sendo o ponto mais importante. A maternidade redime a mulher de sua propensão natural ao pecado, sendo construída como o único lugar possível de triunfo para ela.

A partir da modernidade e do surgimento do Estado, observam-se novos problemas a serem contornados na relação mulher, prole e Estado. Tanto as crianças abandonadas que ficavam sob tutela do Estado quanto as que estavam nas ruas representavam um ônus muito grande financeiro e de gestão, altos índices de mortalidade e criminalidade. Assim, muda-se o discurso social para a conservação das crianças, voltando-se para a necessidade de cuidado dos

recém-nascidos, o que resulta no incentivo ao aleitamento materno, por exemplo. Iaconelli (2012) retoma Badinter (1985) em sua obra *Um amor conquistado*, onde a francesa sustenta a tese de que não existe um amor materno humano inato, pois, se assim fosse, manifestaria-se independente das condições culturais e sociais de cada tempo. Badinter se apoia na negligência materna e na alta mortalidade infantil de outros períodos históricos para demonstrar que o amor materno é uma construção social que surge no intuito de preservar as crianças, lançando mão para isso de recursos e discursos que visavam transformar a mentalidade das pessoas. A partir do reconhecimento social do papel materno, a figura da mãe ganha um lugar de importância e passa a ser visto como um ideal possível de ser alcançado.

Iaconelli (2012) aponta as características dessa passagem, onde a maternidade passa a ser construída como uma missão. Cultiva-se a ideia de um amor natural entre mãe e filhos e que “mulheres virtuosas zelam por sua família e, nesse âmbito, o desejo de ter um filho vai equivalendo à natureza benevolente da mulher” (IACONELLI, 2012, p. 41-42). Não se trata mais de uma obrigação da mulher à maternidade, mas a mudança do discurso social faz um deslocamento da imposição do desejo de pertencimento social para algo que seria do desejo de toda mulher, estando sua presença ou ausência diretamente associada ao seu caráter.

Traçando um recorte mais próximo de nossa realidade, Iaconelli (2012) também aborda a questão da maternidade no Brasil Colônia, apontando como a construção de nossa sociedade foi fortemente influenciada pelos ideais europeus. Porém, percebemos algo diferente das aspirações emancipatórias que Badinter (1985) expõe acerca das mulheres francesas, pois no Brasil a mulher teve a missão de participar da povoação da terra descoberta. As mulheres tinham como recomendação do Estado e da Igreja o casamento e a construção de uma família, estando a mulher sujeita a um caminho de exploração e escravização por parte dos homens. A autora marca ainda que adestrar a mulher foi parte do processo civilizatório brasileiro, havendo desde sempre um forte controle sobre seus corpos em favor da colonização. Deste modo, a exaltação da maternidade sempre fez parte do contexto brasileiro, que, se não era um lugar de prestígio, pelo menos afirmava um dever cumprido. Isso estaria expresso em distintas figuras, na ama de leite, na parteira, na comadre e na própria mãe, o que expressa que “a maternidade encontra alguns pontos de ancoragem no Brasil, semelhantes à da mulher medieval e camponesa” (IACONELLI, 2012, p.43).

Com base no exposto, Iaconelli toma o discurso da psicanálise no século XX para reflexão e aponta como este reforça o lugar central da mãe para o bom desenvolvimento da criança, afirmando constantemente esta como um sujeito privilegiado para exercer os cuidados.

Se pensarmos a partir da construção do pensamento exposto por essas autoras, vemos que a mulher é convocada a responder por um saber que lhe seria natural e que, quando não é encontrado ou não correspondente com as expectativas, muitas vezes é acionada a entrada de uma intervenção profissional, o que nos direciona novamente à patologização da mulher quando esta escapa aos ditames culturais.

Relativo à psicanálise, a autora também aponta o lugar do bebê na teoria e como a mudança do lugar da infância na sociedade, com sua crescente valorização, implicou diretamente a mudança do lugar da maternidade. Por meio da figura “sua majestade, o bebê”, a autora fala sobre essa criança ascendendo a um lugar de preciosidade também no discurso da psicanálise. Winnicott (1994, grifo nosso), com sua proposição sobre a mãe suficientemente boa, retorna ao argumento do amor materno inato ao pontuar a cautela que os especialistas deveriam ter em suas intervenções para não atrapalhar o que **se desenvolve naturalmente na mãe**. Iaconelli (2012) atenta ainda para como, muitas vezes, o aprendizado a partir das experiências sociais não é considerado, estando a menina sujeita à observação desde muito pequena a práticas de maternagem, até mesmo com isso presente nas brincadeiras de “mamãe e filhinho”, de brincar de casinha, entre outros. Podemos tomar muito facilmente uma ideia de vocação para o cuidado, se ignorarmos o saber passado de mulher para mulher a cada geração, sendo a transmissão cultural tomada como algo natural do feminino.

Nessa perspectiva, as instituições em nossa sociedade têm um papel importante na manutenção da ordem social, pois veiculam e constroem imaginários sociais a partir dos valores que ensinam de modo sutil e repetitivo. Nossas subjetividades são construídas pelos discursos de poder vigentes nos setores sociais, que atravessam as relações humanas e são mantidos pelas instituições e, assim, sustentam regimes de verdade. Fernández (1992) define os imaginários sociais como organizadores de sentido dos atos humanos, responsáveis por estabelecer os limites entre o permitido e o proibido, o que tem valor ou não. É através deles que adquirimos as noções de quais são nossos papéis sociais na sociedade, variáveis de acordo com o gênero, classe, raça, entre outros marcadores. Esses valores são disseminados de forma difusa e repetitiva até que sejam internalizados, modulando a subjetividade dos sujeitos.

Assim, se não levamos em conta nossa produção enquanto sujeitos sociais, que nosso psiquismo está sujeito a estas marcas, tomamos por natural todos os valores que nos são transmitidos pela cultura. Tais produções inscrevem marcas, mas não podem ser tomadas como fatores individuais da constituição psíquica, o que acaba produzindo uma generalização de como os sujeitos respondem a elas. Tomado como algo da ordem individual, surgem discursos

como “mulheres são assim”, fechando portas para outras formas de representação. Se usamos da biologia para justificar algo que é da ordem da convenção social e das construções culturais, acabamos atribuindo à primeira um estatuto de verdade absoluta, e não de criação. “Não há saber, seja biológico ou psicológico, que vá emergir antes da linguagem e que esteja, portanto, acima do humano” (IACONELLI, 2012, p. 52).

Os processos envolvidos na criação de uma criança, gestar, parir e aleitar, “[...] obrigam a mulher ao confinamento e à dependência de ajuda” (IACONELLI, 2012, p. 55). A mulher, por seu caráter insubstituível no que tange a geração da vida, teve sua figura associada aos cuidados também nos anos seguintes do desenvolvimento das crianças. Confinada a este espaço doméstico, temos novamente a mulher circunscrita ao âmbito privado. Com base no exposto, a autora sustenta que a disposição filogenética da mulher para a reprodução necessita de uma atualização que se dá pela experiência, que entre nós, humanos, “[...] se dá por meio da linguagem, dos significados, dos sentidos atribuídos” (IACONELLI, 2012, p. 55). A essa necessidade de atualização por meio da experiência e transmissão cultural, percebe-se como o contexto urbano, onde a mulher pode ter o primeiro contato com um bebê somente quando vê seu próprio filho, denuncia a ausência desse suposto saber materno natural.

Badinter (1985) defende que a maternidade ainda hoje, referindo-se à época em que escreve, é um tema sagrado, sendo o amor materno algo difícil de ser questionado, pois pensar em uma mãe que não ama seus filhos é algo inconcebível. Contudo, a autora questiona como é possível que seja proibido inferir a ausência desse amor, mas isso não se aplica ao postular-se a sua existência e constância. Ela apresenta como objetivo de seu texto levantar a hipótese de que o amor materno não é inato, e sim uma construção a partir dos cuidados dispensados ao filho. A autora tensiona a complexidade do ser humano em comparação ao restante do reino animal, que é submetido a seus instintos, sendo o humano um ser histórico, dotado da capacidade de simbolizar. “Esse ser de desejo é sempre particular e diferente de todos os outros. Que os biólogos me perdoem a audácia, mas sou dos que pensam que o inconsciente da mulher predomina amplamente sobre os seus processos hormonais.” (BADINTER, 1985, p. 16).

Nesse sentido, Badinter (1985) questiona até que ponto um determinismo social não estaria sendo confundido com um imperativo biológico ao não levarmos devidamente em conta o peso dos valores de uma sociedade e a forma como estes podem se colocar de forma imperativa para os sujeitos. A autora também empreende uma retomada histórica da relação das mulheres com a maternidade, estudando as condições sociais dos diferentes tempos e os efeitos que esses produziram na forma como a maternidade era vista e vivida. Ela situa a importância

do reconhecimento social no processo de passagem de uma mãe que era praticamente indiferente aos seus filhos para a sacralidade do amor materno observada até os dias de hoje e marca como continuamos a pensar o amor materno em termos de necessidade.

O amor materno compreendido como um instinto reforça uma naturalização e biologização da mulher. Como representante disso, Badinter (1985) aponta a confusão dos termos maternidade e maternagem como se fossem sinônimos, sendo o primeiro relativo à gravidez e a este estado fisiológico do corpo da mulher, e o segundo relacionado aos cuidados e à educação dispensados.

Vemos que os discursos que atravessam a constituição das mulheres enquanto seres sociais/sexuados deixam marcas em seu psiquismo e as subjetivam a partir de uma naturalização do cuidado da casa, dos filhos, da relação, da responsabilidade pela contracepção. Por meio da ideia de que se faz por amor (TAJER, 2009), são cultivados desde muito cedo valores sobre a manutenção do trabalho doméstico, o cuidado, o perdão e principalmente a ideia de que as mulheres têm menos valor do que os homens. Essas representações são hegemônicas e possuem forte impacto na formação dos ideais femininos, que reforçam e sustentam os mitos de que ser mulher equivale a ser mãe, da passividade erótica feminina e do amor romântico (FERNÁNDEZ, 1993).

Esses discursos e práticas definem lugares e possibilidades de existência, delineando suas “[...] formas de viver, de sofrer, de morrer” (FERNÁNDEZ, 1993, p.146, tradução nossa). Com base no exposto, constatamos a autoridade das ciências e dos especialistas para estabelecer os limites entre o normal e o patológico, o que é o feminino e o masculino, e, assim, instituem-se regimes de verdade que sustentam e legitimam a nova ordem social e “[...] se convertem em um de seus produtores de significação mais importantes. ” (FERNÁNDEZ, 1993, p. 147, tradução nossa)

Nesse contexto, entendemos o cuidado como uma extensão disso que se entende como um instinto materno inato, com o qual as mulheres estariam sendo identificadas. Assim, ele não seria inerente ao feminino, mas faria parte do conjunto de valores que são atribuídos ao gênero, produzido a partir do discurso social acerca do papel das mulheres.

4. FEMININO, CUIDADO E NORMA SEXUAL

Com base na discussão teórica lançada, retomaremos alguns pontos do recorte de caso que se colocaram enquanto questão e levaram à produção deste texto. Frisa-se aqui que, com o debate proposto, não há a pretensão de interpretar o caso, explicá-lo teoricamente ou discutir qualquer diagnóstico da paciente, mas busca-se trabalhar com a dimensão mais rica da prática clínica, aquela que nos permite questionar nossos saberes prévios e nos coloca a pensar sobre a produção de conhecimento em nosso campo. Assim, tomamos o caso clínico para pensar a constituição de **um** feminino a partir do que a paciente pode relatar sobre sua experiência de ser mulher. Atentamos que, quando falamos da constituição de um feminino, é com a intenção de não promover a criação de novas generalizações dessa categoria, o que reafirmaria a possibilidade de existência de uma experiência universal. Fala-se, assim, de algo que é da ordem da construção própria de cada sujeito identificado a este gênero, abrindo um leque de alternativas para que este seja expresso.

De acordo com Poli (2015), a pergunta pelo que significa ser homem ou mulher é uma questão central na clínica das neuroses, onde ela não necessariamente se coloca de maneira explícita, mas aparecendo como algo que permeia o discurso dos pacientes em suas queixas e em seus sintomas. Essa pergunta articulada à questão de “quem sou eu” perpassa a relação com o corpo e com os ideais. Dessa forma, a paciente, apesar de não trazer essa pergunta diretamente, coloca questões, a todo momento, que tangenciam o tema. A palavra “puta”, presente no discurso social, aparece como demarcação de um limite, onde não se pode ir se se deseja ser uma “boa mulher”. Nessa operação, que normatiza os comportamentos para que sigam um ideal, qualquer atitude que escape minimamente ao prescrito é suficiente para que a mulher seja definida como “puta”, cerceando formas diversas de ser. Assim, a pergunta pelo que é uma puta reflete por oposição o que pode ser uma mulher para que seja reconhecida. O que ela pode desejar?

O caso clínico abordado neste trabalho fala de uma mulher que foi criada em outro tempo, um tempo onde as possibilidades de representação da mulher na vida pública eram mais limitadas do que atualmente. A questão da sexualidade aparece fortemente marcada por um discurso moral, onde qualquer comportamento que foge do imaginário social d’A Mulher - uma boa moça, recatada, que se casa, tem filhos e vive sua vida cuidando daqueles que integram a família - direciona a mulher para um lugar de rechaço social. A categoria “puta” não só marca um desvio do comportamento sexual esperado, mas funciona como um dispositivo de controle das mulheres ao rebaixar o sujeito feminino a um lugar de não-sujeito, daquele que nada merece,

fazendo com que o feminino busque se inscrever em outro lugar. A mulher que exerce sua sexualidade livremente, a mulher que não constitui família, a mulher que trabalha fora de casa, todas essas são passíveis de críticas se pensamos em um discurso sobre os papéis sociais de gênero mais tradicionais.

Retomando Fernández (1993), observamos que a mulher-privada é um fenômeno bastante antigo, presente desde o berço da sociedade ocidental, lá onde surge a Razão, que fundamenta até hoje a forma como construímos nossos pensamentos e nossas teorias. Mais do que inscrita no âmbito privado, à mulher foi negada durante muito tempo a participação na vida pública, lugar de reconhecimento social, restando assim que esta se ocupasse da “sua função por natureza”, a geração da vida. Assim, examinamos como, através do desenvolvimento da cultura ocidental, a maternidade sempre se colocou como um ponto central na experiência de ser mulher, inicialmente pela importância da sobrevivência da espécie, mas que, ao longo dos anos, foi utilizada como justificativa para criação e manutenção de um sistema baseado na desigualdade.

Os discursos que perpassam a valorização da mulher enquanto sujeito social, que passam a colocar a maternidade em um lugar de missão, de realização na vida de fácil alcance, além de sustentarem esse lugar como a única forma de reconhecimento possível, também acabam por fixar as mulheres nesse lugar de cuidadoras. O cuidado deixa de ser uma expressão dentre tantas possíveis, independente do gênero, para se colocar como uma atribuição das mulheres, que aí encontram a promessa de um lugar, Cuidado esse que surge atrelado à vocação para maternidade e ao mito do amor materno. Voltamos para equação simbólica onde a mulher adquire valor e significação ao tornar-se mãe.

Na retomada que fizemos de Freud, vimos como autor parte deste lugar já estabelecido para a mulher e teoriza apoiado nesses pressupostos, traçando a maternidade como uma referência de normalidade (FREUD, 1931/2010; FREUD, 1933/2010). Ao tomar o sujeito masculino como universal, o autor acaba por ler as questões subjetivas das mulheres com as mesmas lentes, que não levam em consideração o contexto sócio histórico nem as construções culturais que possibilitaram sua existência. Assim, Freud não consegue traçar outra construção do feminino que não seja a de um ser inferior.

Poli (2015) levanta a dificuldade de Freud na conceitualização da diferença sexual, onde a anatomia é percebida de forma seletiva na relação ter ou não ter o pênis, o que indicará por consequência quem é homem e mulher, quem é fálico ou castrado, presença ou ausência. O feminino, ao ser tomado da perspectiva do que falta, da ausência, e ser afirmado em diversos

momentos como um ponto de difícil compreensão e conceitualização na teoria, se coloca como um ponto obscuro “no qual o saber produzido traz a marca de um reflexo no negativo” (POLI, 2015, p. 26). Nesse sentido, Kehl (2008) faz uma provocação ao trazer que a manutenção da ideia de um ponto enigmático sobre o querer feminino e essa forma obscura que a mulher é representada na teoria seriam recursos utilizados por Freud para manter-se ignorante a respeito do que não queria saber. Propõe ainda que isso que ele buscava não saber era algo que ele já havia dito para todo mundo, que a diferença fundamental entre homens e mulheres é mínima, não havendo mistério sobre este chamado de “outro” sexo que um ‘cavalheiro’ não pudesse responder indagando a si mesmo.

Na saída do Édipo, Freud (1931/2010; 1933/2010) apresenta três soluções possíveis para a feminilidade: a renúncia à sexualidade, a identificação masculinizada à figura do pai, e a última, tida como normal, na qual a mulher passaria em uma equação simbólica do falo ao bebê. A mulher é compelida a encontrar uma solução para lidar com aquilo que lhe falta, o falo, construído na teoria de Freud como o genital masculino. Martins e Poli (2018) propõe que, na construção teórica acerca do Complexo de Édipo, a mulher estaria respondendo a uma fantasia masculina (complexo de castração), pois, sob a referência de uma lógica masculina, a posição feminina surge condicionada a uma elaboração que faz equivaler a falta de pênis à castração. Neste seguimento, a produção edípica falharia na produção da mulher, pois seria vista a partir do ponto de vista masculino. “Vemos que, tanto no campo da ‘visão’ do corpo, quanto no das identificações, não há uma localização positiva do feminino: de Freud à Lacan, o Édipo falha na produção de uma mulher” (MARTINS; POLI, 2018, p. 62).

Assim, ao estabelecer o falo como elemento central, o autor segue numa lógica biológica e binária para pensar a sexualidade e elabora explicações que reforçam os estereótipos de gênero. Ao invés de lançar perguntas que questionassem o seu contexto e uma maior complexidade do papel da cultural, Freud acaba tornando algo individual e do campo psicológico questões sociais. O autor chega a esboçar considerações acerca da influência da educação apassivadora direcionada às mulheres e a dificuldade encontrada em diferenciar o que seria da ordem do biológico ou da contingência das experiências de cada sujeito (FREUD, 1931/2010). Porém, ao manter o falo como chave de leitura para a constituição psíquica, acaba por priorizar uma leitura biológica e masculina dos acontecimentos do psiquismo.

Não só a interpretação das questões do feminino a partir da perspectiva do homem são problemáticas, mas, ao tomar a maternidade como o caminho da feminilidade normal, Freud faz uso do discurso da psicanálise para legitimar construções sociais sobre os papéis de gênero.

Considerando a relevância dos discursos sociais de cada tempo, vemos como suas produções acerca do gênero imprimem marcas na constituição dos sujeitos, delimitando o que é possível para homens e mulheres, demarcando lugares possíveis de reconhecimento. Se as mulheres outorgadas ao lar encontram a maternidade e o cuidado como um lugar de promessa de prestígio, o que se passaria com aquelas que não se identificam com esse ideal? Assim, apontamos como esse discurso essencialista do feminino pode produzir sofrimento tanto nas mulheres que não conseguem se ver dentro deste modelo quanto nas que buscam ocupar esse lugar tendo em vista a falta de opções “legítimas” e a rigidez das condições para permanecer neste espaço.

No caso em questão, percebemos alguns efeitos dos discursos sociais discutidos pelas autoras Fernández, Badinter, Iaconelli. Vemos como o fato de ser mulher é relacionado à sexualidade e a forma como esta deve ou não ser exercida, restringindo possibilidades e reforçando outras. Não existem muitas alternativas para além dos ideais da maternidade, por exemplo, do que se fazer para atingir esse lugar de reconhecimento, e se coloca um caminho tortuoso para outras possibilidades, muitas delas levando a um lugar de repúdio social. A mulher só consegue se ver desde este lugar, de mãe, de cuidadora, de gestora do lar. Vemos que essa é uma forma do cuidado ser atribuído às mulheres ao longo do tempo, pois, além de estar circunscrito ao âmbito privado e dos afetos, também é construído como um lugar a ser almejado e gerido pelas mulheres. Coloca-se, então, o cuidado como um fenômeno marcado pelo gênero a partir de sua relação com a maternidade e a sua derivação, justamente pelos discursos morais que colocam o *ser mãe* como redenção da mulher, que tem propensão natural ao pecado (IACONELLI, 2012). O cuidado surge como possibilidade de algum triunfo em um mundo governado por homens.

Poli (2015) resgata o conhecido aforismo de Lacan (1972-73/1985) de que “A mulher não existe”, para pensar em um sentido mais provocador para a frase

As conotações dessa frase são muitas e uma das que mais aprecio é a que desconstrói as ficções de gênero que historicamente produziram, e seguem produzindo, cristalizações identitárias. Nesse sentido, A mulher não existe, do mesmo modo que não existe O negro, O homossexual, O judeu, etc. E quem sabe “Os homens” possam também se beneficiar disso, colocando sua existência em questão. Insere-se aí uma dúvida no cerne do discurso que produz essas categorias, permitindo ao sujeito deslocar-se da alienação proposta por essas figuras (POLI, 2015, p. 27-28).

Nesse sentido, podemos pensar essa frase como uma afirmação de que não é possível universalizar a experiência do gênero. Lá onde se inserem respostas, devemos colocar perguntas e investir nesse que é o campo de trabalho da psicanálise, a fala. É preciso deixar que o sujeito

enuncie a partir de sua posição o que representa para ele ser mulher, ser homem, ou mesmo não se sentir representado por essas categorias. No entanto, a autora não deixa de apontar uma problemática relativa a esta frase, onde, ao negar a existência da mulher, faz-se eco à primazia do falo presente em Freud, pois marca que só há um representante do sexo no inconsciente, sendo ele o falo. Assim, “A mulher” seria o que não há, um significante faltante no inconsciente, que precisaria ser inventado por cada sujeito.

Considerar a diferença sexual enquanto algo puramente da ordem da anatomia é algo impossível de ser sustentado atualmente, pois ela não assegura uma identificação binária dos sujeitos. Insistir nessa lógica e pensar na identificação enquanto algo fixo, sustentada pela tentativa de estabelecer uma consistência material de uma diferença entre os sexos, acaba por negar a existência de corpos e de modos de existência que escapam à norma sexual (MARTINS; POLI, 2018).

O falo, conceito tão caro à psicanálise freudo-lacanianiana, foi promovido a bastião da norma sexual. De fato, a significação fálica introduz uma ordem de diferença marcada pela dualidade presença x ausência (ter/não ter, ser/não ser), mas o ponto fundamental é que a significação fálica relança o problema da diferença para a ordem do discurso, onde cada ‘corpo’ assumirá seu valor. (MARTINS; POLI, 2018, p. 59)

O Édipo suscita a inscrição de uma falha no registro do “ser”, o que acaba por relançar a materialidade da diferença para o campo da linguagem. Butler (*apud* MARTINS; POLI, 2018) propõe que não há gênero pré-discursivo, pois o mesmo se institui em ato, a partir do que se espera e supõe dos ideais existentes de masculino e feminino. Do mesmo modo, não se pode esperar que haja uma estabilidade permanente das posições masculinas e femininas. Assim, Martins e Poli (2018) apontam para a importância do diálogo com os estudos queer, pois permitem pensar na inscrição de uma ordem da diferença não-binária e também desconstruir pressupostos teóricos essencialistas, pensando nas diferentes configurações possíveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Kehl (2002), na introdução de seu livro *Sobre ética e psicanálise*, fala sobre duas versões da psicanálise. A primeira consiste no velho jargão “Freud explica”, que vem dotada de um saber que, ao garantir estabilidade, gera paz. A segunda versão seria a analítica propriamente dita,

[...] que convoca a palavra a trabalhar, tentando escutar e acolher os efeitos que ela produz, inclusive no campo social. Aqui, o psicanalista não interfere como explicador mas como perguntador, expondo a fragilidade que existe sob a aparência das certezas estabelecidas e convidando os agentes sociais a suportar a angústia de se indagar, mais e mais uma vez, sobre os fundamentos de seu saber e de sua prática. (KEHL, 2002, p. 28).

A autora marca com isso que a psicanálise se constrói como uma prática da dúvida, e não da certeza. Ao psicanalista cabe fazer boas perguntas. Nesse sentido, se diverge do campo comum das ciências, que busca a predição por meio da generalização de categorias universais. Assim, no campo da sexualidade, podemos tomar a anatomia como o ponto de partida, mas não de destino, pois a psicanálise “não pensa o homem como um ser de natureza e sim como ser de linguagem, criador de significações e valores” (KEHL, 2002, p. 30-31).

Nesse contexto, podemos pensar a prática da psicanálise como um potente campo para o desenvolvimento de teorias que não sigam reafirmando estereótipos e preconceitos, mas, para isso, é importante que possamos apontar em seus fundamentos onde ela se mantém conivente e contribuindo com preconceitos sociais. Como dito anteriormente, como um discurso de saber, é esperado que a psicanálise seja convocada a responder perguntas, promovendo tranquilidade a partir dos discursos de verdade sustentados.

Portanto, vemos a importância de pensar além dos universais e das categorias estabelecidas pela lógica binária. Precisamos reafirmar que, no que se refere ao gênero, o importante é como os sujeitos se posicionam discursivamente, tendo em vista as possibilidades de invenção, que são inúmeras, e as contingências presentes. Assim, buscamos, mesmo com os modos tradicionais de subjetivação ainda tão presentes hoje, seguindo como parâmetros e ideais, defender as diferentes possibilidades de existência.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERNÁNDEZ, A. M. **La Mujer de la Ilusión: pactos y contratos entre hombres y mujeres**. Buenos Aires: Paidós, 1993.

FERNÁNDEZ, A. M. **Las mujeres en la Imaginación Colectiva**. Buenos Aires: Paidós, 1992.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In: FREUD, S. Obras completas*: vol. 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. (1906). Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses. *In: _____*. **Obras completas**: vol. 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. (1923). A organização genital infantil. *In: _____*. **Obras completas**: vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. *In: _____*. **Obras completas**: vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. (1925). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. *In: _____*. **Obras completas**: vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. (1931). Sobre a sexualidade feminina. *In: _____*. **Obras completas**: vol. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1933). Novas conferências introdutórias à psicanálise XXXIII. *In: _____*. **Obras completas**: vol. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IACONELLI, V. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna**. 2012. 130 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07052013-102844/pt-br.php>. Acesso em: 2 jul. 2019.

KEHL, M. R. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Deslocamentos do feminino**. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LACAN, J. (1957-58). **O seminário 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. (1972-73). **O seminário 20: mais, ainda**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MARTINS, A. C. B. L.; POLI, M. C. Transexualidade e norma sexual: a psicanálise e os estudos queer. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, p. 55-67, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/6535>. Acesso em: 19 jun. 2019. Edição especial.

MICHAELIS, dicionário prático de língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

POLI, M. C. O feminino, além do Édipo. **SIG: revista de psicanálise**, Porto Alegre, 4 (6), p. 23-29, 2015.

TAJER, D. Modos de subjetivación: modos de vivir, de enfermar y de morir. *In*: TAJER, D. **Heridos Corazones: Vulnerabilidad coronaria en varones y mujeres** (p. 47-68). Buenos Aires: Paidós, 2009.

WIKIPEDIA. [Madonna di Pasadena]. 2019. Fotografia. Disponível em: https://it.wikipedia.org/wiki/Madonna_di_Pasadena/ . Acesso em: 19 nov. 2019.

WINNICOTT, D. (1987). **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.